Ata número Dois

Quadriénio 2025/2029

------Aos trinta dias do mês de dezembro de dois mil e vinte e cinco, pelas vinte e uma horas e trinta minutos, no salão nobre da Junta de Freguesia, em Lamelas, Município de Santo Tirso, reuniu a Assembleia de Freguesia da União das Freguesias de Lamelas e Guimarei, sob a presidência de Fernanda Maria Oliveira Marques, e secretariada pelos 1.º e 2.º secretários Ricardo Fernandes e Carla Gomes, com a seguinte ordem de trabalhos: ----------

1.º Ata n.º1 da sessão ordinária do dia 02/11/2025; ----------

2.º Período antes da ordem do dia;----------

3.º Período da ordem do dia:----------

3.1 Informação da Atividade da Junta de Freguesia;----------

3.2 Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2026 e Mapa de Pessoal;----------

3.3 Atribuição de subsídios;----------

3.4 Apreciação e votação à alteração do Regimento da Assembleia de Freguesia;-----

3.5 Ponto de situação do Polidesportivo;----------

3.6 Ponto de situação da rede de saneamento e abastecimento de água;----------

4.ºOutros assuntos de interesse da freguesia.----------

5.ºPeríodo aberto à intervenção do Público.----------

------ Estiveram presentes os membros da Assembleia de Freguesia, bem como o Senhor Presidente da Junta de Freguesia e restantes membros do Executivo (Doc.1). Encontrava-se igualmente presente público.----------

----- No ponto um da ordem de trabalhos foi lida e aprovada a ata n.º1, da Assembleia de Freguesia realizada no dia 2 de novembro de 2025, relativa à Tomada de Posse e Instalação da Assembleia de Freguesia.----------

-------Relativamente ao ponto dois, período antes da ordem do dia nada a registar.----------

------ Passou-se então ao ponto três da ordem de trabalhos, Período da ordem do dia. A Presidente da Assembleia de Freguesia passou a palavra à Presidente da Junta, que deu informações relativamente à Atividade da Junta de Freguesia desde a última sessão da Assembleia de Freguesia, informações constantes no documento anexo (Doc. 2). ----------

-------A membro eleita pelo PSD, Fernanda Marques, questionou o Senhor Presidente da Junta sobre qual a data da última sessão da Assembleia de Freguesia a que se refere nas informações.

Relativamente ao polidesportivo, visto estar terminada a segunda fase, questiona quantas mais fases haverá e se será possível, para a próxima reunião em abril, apresentar este planeamento das próximas fases. No que respeita aos ofícios, considera que é importante fazer referência à data em que os ofícios são enviados para ser possível fazer o seguimento dos mesmos; como tal, pediu para registar em ata o pedido para que os ofícios enviados à Câmara venham com a referência e a data do envio.----------

--------O Senhor Presidente da Junta respondeu que não consegue precisar a data exata da Assembleia, mas que foi realizada em finais de setembro de dois mil e vinte e cinco. No que respeita às fases do polidesportivo, respondeu que serão realizadas as fases que forem necessárias e que, se for possível, apresentará o planeamento com as próximas fases na próxima reunião de Assembleia de Freguesia, em abril. Relativamente aos ofícios, informou que existe uma referência de envio, que está a prestar informação.----------

--------Dando continuidade à Assembleia e no que respeita ao ponto "Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2026 e Mapa de Pessoal", a Presidente da Assembleia passou a palavra ao Senhor Presidente da Junta, que apresentou as propostas do executivo conforme o documento (Doc. 3) partilhado com todos os membros da Assembleia, que segue em anexo a esta ata.----------

--------Foi dada a palavra ao membro eleito pelo JÁ, Diogo Silva, que diz "concordar que o investimento seja feito em favor da freguesia, mas que devemos explicar isso à população da União das Freguesias e que não devemos aceitar tudo de ânimo leve. A reunião que tivemos no dia 20 de novembro foi nesse sentido de limar arestas, para alinhavar o orçamento para o bem de todos. Apesar de termos realizado essa reunião, existem assuntos de que gostaria de falar, como é o caso da toponímia; a nosso ver, é necessário substituir as placas, mas não é uma prioridade, ainda por cima com o valor de 8.000€; este valor pode ser aplicado em algo mais importante, como por exemplo o polidesportivo, que é uma prioridade. Existe a rubrica para sistema de incêndio, que só está previsto para 2027. Se o polidesportivo é uma prioridade para a Junta de Freguesia, por que não apostar na segurança desse mesmo espaço? Ainda para mais, se estamos a fazer um investimento, que é outra rubrica, num aspirador que custa 4.000€ para o espaço. Fica a questão, em termos de prioridade para a Junta de Freguesia, entre a toponímia, o sistema de incêndio e o polidesportivo preparando-o para receber todo o tipo de eventos: qual será o investimento prioritário? Depois há aqui outra dúvida: tem a ver com o

gradeamento do cemitério; não sou da área, mas 32.000€ parece um valor muito alto. Gostaria de saber quantos orçamentos foram pedidos; na minha opinião, é bastante alto, isto em comparação, por exemplo, com o telhado da junta de 25.000€; parece um valor muito alto. É uma dúvida que tenho e que gostava de ver respondida. Existe também um pequeno pormenor no orçamento que gostaríamos de ver esclarecido: existe uma receita de 100€ do serviço de coveiro. Nós percebemos a despesa, mas não a receita." ----------

--------Em seguida, o membro eleito pelo PSD, Pedro Almeida, também referiu que gostaria de ter mais informações relativamente à obra e orçamento do gradeamento do cemitério e, relativamente à rubrica de "Conservação e reparação de vias e outros equipamentos públicos" no valor de 15.000€, acha que é muito vago; gostaria de saber com mais pormenor onde será gasto este dinheiro. ----------

-------Foi dada a palavra ao Senhor Presidente da Junta, que salientou que isto: "trata-se de um orçamento, ou seja, há coisas que são mais reais e há outras coisas que são estimativas. No que respeita à toponímia, neste momento as placas que estão na freguesia encontram-se desatualizadas e muitas delas estão em mau estado. É um valor elevado, por isso é que nós já tínhamos uma estimativa deste ano que previa serem substituídas, em que o valor em si realmente é alto e não foram substituídas. O gradeamento do cemitério, se calhar 32 mil euros não chegam; o telhado do edifício da Junta de Guimarei, no último concurso aberto, foi adjudicado por 24 mil euros há três anos; poderá não ser suficiente. Portanto, isto são previsões o mais aproximadas possíveis. Poderá ser menos ou poderá ser mais. E depois, no decorrer do ano, poderemos ter de fazer novas escolhas. Na questão do coveiro, é uma verba que está aberta no caso de ser necessária; ela tem que estar aberta. Se a empresa que trabalha com o cemitério falhar e nós necessitarmos, podemos alocar um valor, seja 500, seja 1.000 euros, seja 2.000 euros. Assim, caso a Junta queira contratar, tem uma verba aberta para poder alocar esse valor. Relativamente à conservação das vias, todos sabemos qual é o problema que nós temos nas vias. E esse valor que está alocado serve, neste momento, para situações em que estamos a trabalhar para arranjar soluções, para ver se diminuímos o volume de ervas e melhoramos a limpeza das vias."----------

-------Foi então colocado o orçamento em votação, tendo sido aprovado com 5 votos a favor, 4 do PS e 1 do JÁ e 4 abstenções por parte dos eleitos do PSD.----------

-------No que respeita ao ponto "Atribuição de subsídios", o senhor Presidente da Junta propôs a atribuição de três subsídios: um deles à Associação de Pais, no valor de 500€, para apoio a pequenas obras que realizaram e também para a própria festa de Natal que foi realizada. Um subsídio de 400€ para o Rancho de Santa Eulália de Lamelas; este subsídio está relacionado com os custos que o próprio rancho teve nas festas da freguesia com a alimentação para os músicos e para os grupos, na altura em que nós próprios pedimos que fornecessem as refeições e, posteriormente, faríamos este mesmo subsídio. E um subsídio à Associação Cultural Desportiva de Lamelas, de 500€, para o mesmo efeito, também nas questões de apoio à alimentação dos grupos e também para uma baliza que foi adquirida. Relativamente a este ponto, o eleito do JÁ, Diogo Santos, questionou: "se esta atribuição de subsídios é excecional ou acontece todos os anos? O porquê de existirem diferentes valores nos subsídios atribuídos? E, por fim, por que é que as outras duas associações, a Associação Desportiva de Guimarei e a Associação Social, não têm um apoio?" O Senhor Presidente da Junta respondeu: "que há um valor para subsídios no orçamento e o valor desses apoios é atribuído conforme as necessidades que as coletividades fizeram chegar à Junta de Freguesia. Portanto, os apoios que a Junta de Freguesia está neste momento a atribuir foram para as associações que manifestaram essa necessidade por escrito." ----------

-------Foi colocada a votação a atribuição destes subsídios, tendo sido aprovados por unanimidade.----------

-------Em seguida, passou-se à apreciação e votação da alteração do regimento da Assembleia da Freguesia, que segue em anexo a esta ata (Doc. 4). Pretende-se que o regimento seja alterado nos seguintes pontos: gravação e transmissão online das Assembleias de Freguesia, que devem ser colocadas em arquivo, pelo menos até à reunião seguinte da Assembleia de Freguesia, e que todas as atas das reuniões, quer do Executivo, quer da Assembleia, sejam disponibilizadas a toda a população. ----------

-------O eleito pelo PS, Vítor Silva, pediu a palavra e, relativamente à transmissão e gravação das Assembleias de Freguesia, afirma que: "não tem nada contra, acha que é uma ótima iniciativa, mas questiona se foram avaliados os custos que uma iniciativa como esta teria, pois seria necessário sistema de gravação, servidores, discos, entre outros, e se foram verificados todos os aspetos legais no que diz respeito ao RGPD (Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados)". Deu o exemplo de uma situação muito simples que pode ocorrer: estarmos a debater

algum assunto que seja necessário falar nomes de pessoas; o RGPD não permite isso. Mesmo relativamente às atas estarem disponíveis online, o problema é idêntico: não poderá constar o nome de pessoas sem a autorização das mesmas. Se houver alguma queixa ou algum problema em relação a isso, quem vai responder é a Senhora Presidente da Assembleia. Portanto, na sua opinião, é algo que tem de ser muito bem pensado e muito bem avaliado para podermos avançar com um assunto tão sensível. Afirmou também que é necessário um RPD (Responsável pela Proteção de Dados) e que não existe ninguém na Junta de Freguesia com formação para o efeito, portanto é mais um custo que a Junta teria; assim, questiona se isso foi tudo avaliado e qual é o custo-benefício disso. Na sua opinião, acha que não é um assunto para ser votado hoje; devido à sensibilidade do tema, deve ser avaliado em todas as suas vertentes legais, de custo e de benefício, e só depois ser colocado a votação."----------

-------Ainda relativamente a este assunto, o membro eleito pelo JÁ, Diogo Santos, afirmou: "ser a favor da transmissão das Assembleias online, a bem da transparência e por ser uma forma de levar a Assembleia a quem não consegue estar presente presencialmente. Claro que é necessário que todas as questões logísticas e legais sejam cumpridas com rigor e que deve haver uma avaliação dos custos, mas é um assunto que deve ser colocado em cima da mesa para discussão." ----------

-------A eleita Fernanda Marques, do PSD, relativamente a este ponto, referiu que: "a realização de reuniões em formato online é já uma prática generalizada em várias assembleias, e considera que a União das Freguesias deveria começar a apostar na modernização. Não estamos a defender que esta medida seja implementada de forma imediata; estamos apenas a lançar a ideia para reflexão. A eventual aprovação não significa que a implementação seja imediata. É evidente que existem custos associados e importa, por isso, ponderar os prós e os contras. O formato online pode promover uma maior proximidade com a população, uma vez que nem todas as pessoas conseguem deslocar-se presencialmente às reuniões, permitindo-lhes acompanhar os trabalhos à distância. Várias assembleias já adotaram este modelo e considero que a transparência é um fator essencial; os cidadãos podem acompanhar, em tempo real, o que se passa nas reuniões. Não se trata de uma medida para ser aplicada de imediato; temos um mandato de quatro anos para trabalhar em equipa, analisar custos e definir prioridades. No que respeita à proteção de dados, existirá um regulamento de proteção de dados e todos os intervenientes terão de assinar uma declaração de consentimento relativamente à gravação e

transmissão das sessões. Caso alguém não concorde, poderá optar por desligar a câmara ou, em alternativa, solicitar que a Presidente da Assembleia intervenha em seu nome. Os temas abordados não deverão ser tabu, uma vez que dizem respeito a assuntos de interesse da freguesia e a problemas concretos da União das Freguesias. A disponibilização online das reuniões e das respetivas atas enquadra-se nesta lógica de modernização, transparência e melhor serviço à população." ----------

-------A Presidente da Assembleia de Freguesia colocou então a proposta de transmissão das Assembleias online a votação, ficando a proposta aprovada com cinco votos a favor dos eleitos do PSD e do eleito da Juventude Ativa e quatro votos contra dos eleitos do PS. ---------

-------A eleita Lurdes dos Santos, do PS, apresentou uma declaração de voto relativamente a este ponto, afirmando que: "votou contra, mas está de acordo que se faça a transmissão online das Assembleias depois de ter a resposta e a confirmação e autorização da Comissão Nacional de Proteção de Dados de que podemos fazer uma coisa dessas. Depois de haver o consentimento da Comissão Nacional de Proteção de Dados e as condições em que se pode fazer essa transmissão, aceitará a transmissão online das Assembleias." ----------

-------No que respeitava ao ponto de situação do polidesportivo, o membro da Juventude Ativa (JÁ), Diogo Silva, questionou o investimento avultado sem planeamento, projeto, alvará, responsável técnico, rentabilidade e questões técnicas e de segurança. ----------

-------A Mesa da Assembleia partilhou a preocupação com segurança e saúde e solicitou a regularização urgente. Questionou a elaboração do regulamento e as bases para os valores. Alertou para o facto de o documento não dever estar no site em desenvolvimento (colocava em questão a credibilidade, nomeadamente se era um documento oficial ou um rascunho). ----

-------Os membros do Partido Socialista (Luís Pinto e Lurdes dos Santos) informaram que esta beneficiação foi realizada a partir do existente e que teria várias fases de acordo com o pretendido para o seu funcionamento. Atualmente, tinha as condições mínimas para as atividades em curso. ----------

-------O Presidente da Junta informou que o campo tinha as dimensões mínimas definidas pela federação (36x18). O projeto foi elaborado pela empresa que ganhou o concurso. Foi feita uma visita técnica para analisar a viabilidade de homologação para jogos federados em outubro de 2025 (sem resposta). Relativamente à rentabilidade, o objetivo era servir a comunidade com a única preocupação de cobrir custos. Informou que estava em consulta pública o regulamento

do pavilhão e que, após a sua aprovação, seria dada prioridade a todas as questões atrás referidas, com relevo para as situações de segurança, higiene e saúde. Este regulamento foi elaborado pela área jurídica e teve como base, para valores, outros pavilhões dentro e fora do concelho. ----------

-------Relativamente ao ponto de situação da rede de saneamento e abastecimento de água, o membro da Juventude Ativa, Diogo Silva, questionou com que frequência e que pressão era exercida sobre as entidades competentes para melhorar a rede de saneamento e abastecimento de água. ----------

-------O Presidente da Junta informou que, atualmente, o saneamento cobria 94%, ou seja, das 726 habitações existentes nas freguesias, 684 tinham saneamento, mas apenas 64% estavam ligadas; e que a rede de água tinha uma cobertura de 86%, mas apenas 11% estavam ligados à rede de água. Afirmou que a Junta de Freguesia se comprometia a acompanhar, questionar e pressionar as entidades competentes no sentido de regularizar a falta de saneamento e abastecimento de água. ----------

-------A Mesa da Assembleia de Freguesia reforçou a responsabilidade da Junta em fazer o canal de comunicação com as entidades responsáveis para a resolução destes assuntos. --------

-------No que respeitava ao ponto quatro, "Outros assuntos do interesse da freguesia", a Presidente da Assembleia de Freguesia informou que foi criado um endereço de correio eletrónico da Assembleia para a população colocar questões e reportar assuntos do interesse dos cidadãos. Informou também que, em resposta ao pedido do membro eleito pelo Partido Socialista, Vítor Silva, relativamente à oficialidade da página de Facebook da Assembleia, esta seria esclarecida na próxima Assembleia. ----------

--------Ainda neste ponto, o membro eleito pela Juventude Ativa (JÁ), Diogo Silva, fez o pedido de que houvesse uma divulgação mais exaustiva das Assembleias de Freguesia, um maior incentivo à utilização das redes sociais e mostrou-se disponível para ajudar a concluir o sítio da Internet da Junta, que está em desenvolvimento há já algum tempo. Pediu que fossem entregues com maior antecedência os documentos que merecessem análise, para que fosse possível realizar uma análise mais detalhada e rigorosa. Relativamente à limpeza das valetas, sugeriu que existisse um cronograma de controlo e mostrou ainda preocupação relativamente ao Campo de Futebol de Guimarei, questionando qual o ponto de situação do projeto e do cumprimento do protocolo com a Associação de Pais do Tirsense. ----------

------- A Assembleia de Freguesia comprometeu-se a uma divulgação mais eficaz das Assembleias. ----------

------- O Senhor Presidente da Junta respondeu que: "o cronograma de limpeza de valetas existia, variando conforme as condições climáticas; relativamente ao Campo de Futebol de Guimarei, o contrato foi assinado há um ano, o investimento seria de 300.000€, dividido em parcelas. Já tinham iniciado o abate de árvores. Estavam na fase de solicitação de apoios e candidaturas a apoios e fundos. Afirmou que o documento contratual estava disponível nos arquivos da União de Freguesias e concordou plenamente com o uso das redes sociais.---------

-------A Presidente da Assembleia de Freguesia recebeu dos fregueses as seguintes questões para serem colocadas ao Senhor Presidente da Junta: Colocação de passadeira e coberto na EN 105, junto ao Pão Quente Cruzeiro; Colocação de passadeira, lombas e guarda de segurança junto à entrada e saída do Polidesportivo; e Análises à água. ----------

-------Relativamente a estas questões, o Senhor Presidente da Junta respondeu que: "as situações da passadeira já estavam identificadas e o pedido já fora enviado à Câmara Municipal de Santo Tirso. Iria reforçar o pedido. Relativamente ao coberto da paragem, o concurso estava a ser aberto (segundo antigo vereador, questão de difícil solução). No que respeitava às análises à água, afirmou que não era responsabilidade da Junta, mas sim da entidade gestora. A entidade gestora deveria sinalizar as fontes e informar sobre a qualidade da água. Os custos com análises para a Junta seriam de cerca de 600/700€ por analíse. ----------

-------O membro eleito pelo JÁ, Diogo Silva, e a eleita pelo PSD, Fernanda Marques, são da opinião de que a saúde e segurança das pessoas devem ser uma prioridade, sugerindo assim o levantamento das fontes mais procuradas e análises nesses pontos. ----------

------- O Presidente da Junta afirmou que iria exercer mais pressão sobre a entidade gestora. .

-------- No último ponto da ordem de trabalhos, "Período aberto à intervenção do Público", a presidente da Assembleia deu a palavra ao público que se pretendesse usufruir da palavra.

-------- Começou por ter a palavra o cidadão Diogo Godinho, de Guimarei, que começou por referir que não pretendia colocar uma questão, mas antes partilhar um comentário. No uso da palavra, destacou que aquela foi a primeira vez, enquanto residente ligado às freguesias de Guimarei e Lamelas, que assistiu a uma Assembleia das Freguesias tão representativa e plural, com a presença de diferentes forças políticas e listas, o que, no seu entender, contribuía significativamente para a qualidade do debate. Referiu que essa diversidade permitia a

existência de diferentes visões e prioridades, mas que todos deveriam estar unidos em torno de um objetivo comum: o bem-estar da população. Salientou ainda que atitudes como interrupções, expressões de desconsideração ou reações durante as intervenções podiam prejudicar o ambiente de trabalho e criar barreiras ao diálogo construtivo. Acrescentou que aquela era apenas a primeira Assembleia de um mandato de quatro anos, pelo que considerou importante que existisse serenidade, respeito mútuo e foco nos objetivos essenciais, defendendo que o tempo devia ser aproveitado para discutir soluções concretas em benefício da população, evitando distrações ou conflitos desnecessários." ----------

------- Seguidamente, foi dada a palavra ao cidadão Alírio Canceles, de Lamelas, que começou por pedir desculpa por abordar um assunto que não era exclusivo da União das Freguesias de Lamelas e Guimarei, mas que era transversal a todo o Vale do Leça. Referiu-se à Liga dos Amigos do Vale do Leça, associação que abrangia várias freguesias ligadas pela bacia hidrográfica, como era do conhecimento público. Informou que a Liga tinha naquele momento um grande objetivo para o Vale do Leça: a construção de um equipamento com respostas sociais para idosos e para crianças, nomeadamente lar residencial, centro de dia, centro de convívio, apoio domiciliário e creche. Referiu que já tinha um terreno situado na freguesia da Agrela, cedido pela Câmara Municipal de Santo Tirso. A partir de 2026, a Liga iniciaria uma recolha de fundos casa a casa, devidamente identificada com a logística própria de um peditório daquela dimensão. Solicitou que os membros da Assembleia e da Junta fossem divulgadores daquela mensagem, uma vez que a Liga não conseguia chegar a todos os cidadãos. Afirmou que o projeto estava orçamentado em cerca de 5 milhões de euros e que envolvia processos complexos, sendo indispensável a sua concretização num prazo de quatro anos (dos quais já decorreram sete a oito meses). Referiu a necessidade de aproveitar fundos comunitários, designadamente no âmbito do Portugal 2030, para lançar a obra, apelou ao apoio dos cidadãos e pediu que todos partilhassem a informação com amigos, familiares e vizinhos. Sublinhou que o projeto iria contar com o apoio da Câmara Municipal e das Juntas de Freguesia, mas que a sua viabilidade dependeria também do foco e da colaboração de toda a população. Anunciou ainda que a Liga dos Amigos do Vale do Leça necessitava de reforçar o número de sócios (atualmente cerca de 400). Lançou o repto a todos os presentes para que se tornassem sócios. Concluiu agradecendo à Presidente da Assembleia e ao Presidente da Junta pela oportunidade de usar da palavra." ----------

------- Em seguida, foi dada a palavra à cidadã Sofia Malheiro, de Lamelas, que começou por salientar a situação da passadeira junto à farmácia, que é extremamente perigosa, e apelou à Junta para que reforçasse junto das entidades responsáveis a colocação de sinalética luminosa ou mais iluminação junto da passadeira. Relativamente ao saneamento e água, na sua opinião as taxas de ligação não podiam ser comparadas por terem sido executadas em períodos temporais diferentes; solicitou, inclusive, a execução das redes próximo do terreno próprio para que pudesse construir, de acordo com o PDM. Mostrou também preocupação com a segurança do polidesportivo, principalmente com as medidas contra incêndios; acha realmente necessária a aquisição de um aspirador para a limpeza do polidesportivo. Está de acordo que deve haver rigor no regulamento do RGPD e que as empresas responsáveis pela recolha do lixo deveriam substituir as tampas partidas. Por fim, questionou o Senhor Presidente da Junta se o grupo de jovens de Lamelas era considerado uma associação como as outras existentes nas freguesias. O Senhor Presidente respondeu que sim, que isso nem era tema para discussão. ------- Foi dada a palavra ao cidadão Jorge Dias, de Lamelas, que questionou o novo executivo sobre os planos que tinham para a Fonte da Portela, assunto que já vinha desde 2008/09, e disponibilizou-se para reunir com o proprietário e a Junta para ajudar a resolver aquele impasse, uma vez que as versões sobre o tema eram diferentes. Manifestou a sua preocupação relativamente à iluminação pública, tendo questionado qual a entidade responsável pela mesma. Referiu que, em sua opinião, já é tempo suficiente para resolver os problemas na iluminação pública das freguesias, designadamente lâmpadas que não acendem ou que se encontram viradas para cima. ----------

------- O Senhor Presidente da Junta afirmou que existia abertura e disponibilidade do executivo para resolver aquele assunto, mas que teria de ser feito um estudo rigoroso dos reais benefícios, custos e viabilidade para a resolução daquela situação. Informou que já foram enviados ofícios às entidades competentes a solicitar a substituição de várias lâmpadas que se encontram apagadas ou invertidas nas freguesias. Explicou que, nas freguesias, existem locais cuja responsabilidade pertence à Câmara Municipal e outros locais cuja responsabilidade pertence à E-Redes, o que torna a situação ainda mais complexa. Neste momento, encontra-se a aguardar resposta aos ofícios enviados e adiantou que, caso não sejam obtidas respostas no prazo de dois a três meses, serão novamente remetidos novos ofícios para as mesmas entidades.----------

------- Tomou em seguida a palavra a cidadã Catarina Sousa, de Guimarei, que apresentou as seguintes questões: A primeira questão tem a ver com a Rua da Aldeia Nova, que liga Guimarei à Serra; a acumulação do lixo está a ser cada vez maior. Sabia que poderia não ser da competência da Junta, mas queria saber se havia a possibilidade de a Junta de Freguesia fazer algum tipo de pressão junto das entidades competentes para a resolução daquele problema. Depois, tinha também outra questão, já falada anteriormente e proposta por um membro da Assembleia anterior: a existência e a criação de um regulamento para a atribuição de subsídios. Achava que fazia todo o sentido. Outras entidades já o tinham. Se uma associação tivesse de fazer um pedido de um subsídio, como é que teria de o fazer? A quem teria de se dirigir? De que forma? Como é que eram atribuídos os subsídios? Em que é que era baseada a atribuição do subsídio? Achava que devia estar regulamentado para haver uma maior transparência e também para as associações perceberem como é que poderiam fazê-lo. Em relação à rede de abastecimento de água e saneamento, a sensação que tinha era que tinham sido demasiado comodistas, ou seja, não podiam reclamar porque eram a União de Freguesias com a maior taxa do concelho. Achava que fazia todo o sentido lutarem pelos 100% e não ficarem satisfeitos, seja qual fosse a percentagem. Era apenas uma crítica construtiva para aquele novo executivo: ser mais ambicioso e menos comodista. Em relação ao orçamento, a sensação com que ficou foi que o orçamento foi apresentado porque tinha de ser. Achava que o orçamento devia ser o mais realista possível. Mas se partissem do princípio de que estavam a fazer só o que tinha de ser feito, já estavam a partir de um princípio errado. Existiam consultas preliminares ao mercado; podiam ser feitas consultas aos fornecedores, aos preços que eles praticavam, e aí sim elaborar um orçamento realista e não um orçamento que foi feito porque tinha de ser apresentado." ----------

-------- O Senhor Presidente da Junta respondeu que: "em relação à rede de água e saneamento, na intervenção que fez, não ficava contente pelos 94% e 86%, mas ficava triste porque não tinha os 94% e os 86% ligados. Para poderem exigir os 100%, não podiam ter apenas 11% das casas ligadas, mas sim uma percentagem muito mais elevada. Em relação ao orçamento, afirmou que existiram consultas prévias para a realização do orçamento, que as coisas eram voláteis, que tinham uma cotação para ter um ponto de partida, mas que depois, na realidade, podiam ser diferentes quer para mais quer para menos; existia um ponto de partida e esse estudo foi feito para todas as obras que estavam planeadas para 2026. ----------

------ E, nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão da qual se lavrou a presente ata que, depois de lida e aprovada, vai ser assinada pela Presidente da Assembleia e pelos Secretários. -

A Presidente: Fernanda Maria Oliveira Moreira

O Primeiro Secretário: [signature]

O Segundo Secretário: Carla Manuela Macedo [illegible]